

DIRETORIA DO SIND-REDE/BH SE REÚNE COM A SMED PARA DEBATER PAUTA DOS TRABALHADORES DAS CAIXAS ESCOLARES

Reunião também solicitou esclarecimentos sobre os contratos com a MGS, ponto eletrônico e publicação de aposentadorias

Na quinta-feira (07/03), a diretoria do Sind-REDE/BH, sob a representação dos diretores Helbert Marconi, Thiago Ribeiro, Maria Do Carmo e Diana de Cassia e Neide Rezende se reuniram com a nova Secretária Adjunta de Educação, Fernanda Neves para debater a pauta das Caixas Escolares, entre outros pontos. Confira o informe.

No dia 26/02, o Sind-REDE/BH enviou um ofício para a Secretária, para informar sobre o acordo com a proposta de reajuste salarial, mas reivindicando a aplicação do índice inflacionário ao vale alimentação, além de pontos não econômicos. Para conferir todo o conteúdo do ofício, acesse nosso [site](#).

A Smed apresentou acordo com alguns itens da pauta apresentada. Como a alteração da data-base dos trabalhadores para janeiro a partir de 2025; a inserção de uma multa em caso de atraso nos pagamentos do salário, vale alimentação e/ou vale transporte; o comprometimento por parte das Caixas Escolares em fornecer carta de referência ao(a) trabalhador, após extinção do contrato de trabalho ou quando solicitado; a alteração da

data de liberação dos representantes sindicais, para os meses de Setembro e Outubro, ao invés de Março e Abril e a orientação para que as Caixas Escolares adquiriam materialidade para as oficinas, incluindo para o monitor (atualmente só pode adquirir para alunos).

A secretária também demonstrou acordo com a proposta de concessão de férias coletivas em dois períodos, sendo que um dos períodos não pode ser inferior a 10 dias, contanto que a cláusula especifique a exceção de casos excepcionais. Houve acordo sobre a liberação de dirigentes sindicais para mandato classista, mas com adequação da quantidade. Também ficou definido que o diretor do Sind-REDE/BH, Helbert Marconi será o responsável por centralizar o canal de comunicação das Caixas Escolares com o Sind-REDE/BH, porém o Sindicato deverá enviar um ofício à Smed para oficializar essa demanda.

Contudo, a secretária adjunta afirmou que os pontos econômicos não seriam alterados, argumentando que não havia verbas para aumentar o índice de reajuste do vale alimentação. Também foram contrários a contratação de seguro de vida para todos os trabalhadores; ao abono de faltas ou atrasos em função de greve nos transportes públicos;

Sobre a proposta de um piso salarial aos monitores, não houve acordo, devido a alta rotatividade de monitores na Rede, mas mostrou abertura para se pensar em uma solução para a próxima campanha salarial. Outras propostas também necessitam de adequação ou avaliação, como o Dia do Trabalhador na segunda-feira de carnaval. Quanto ao pedido de liberação para a prestação

de exame vestibular e para acompanhamento de dependentes que necessita em consultas médicas, ficou definido que serão seguidas as regras da CLT.

O Sind-REDE também enviará um ofício para as escolas orientando as direções a não cortar os dias de paralisação e aguardar o final da campanha salarial para organizar a reposição dos dias parados.

Outros pontos que não envolvem as Caixas Escolares

Os representantes do Sind-REDE/BH também apresentaram dúvidas em relação ao contrato da MGS com a Prefeitura. Foi esclarecido que o contrato está público, com informações disponíveis no site da PBH, mas para deixar tudo mais claro, foi estabelecida uma reunião mensal entre o Sind-REDE/BH e o setor financeiro da Secretaria de Educação, com o objetivo de repassar informações sobre os dados referentes ao orçamento da educação.

Também foi encaminhada uma reunião com a nova subsecretária de Gestão de Pessoas, Hélen Delfim para tratar do ponto eletrônico, referente a justificativa para os dias de reunião de representantes e outras atividades chamadas pelo Sind-REDE/BH

Por fim, o Sind-REDE/BH um protocolo de publicações para as pessoas em vias de se aposentar, de modo que a espera por publicação não atrase a aposentadoria.

PLEBISCITO EM DEFESA DAS ESTATAIS MINEIRAS

DEFENDER AS EMPRESAS ESTATAIS É DEFENDER O NOSSO ESTADO

Movimentos sociais tem se mobilizado pela realização de um Plebiscito Popular contra as privatizações de Zema

Movimentos sociais tem se mobilizado pela realização de um Plebiscito Popular contra as privatizações de Zema Atualmente, todos os mineiros e mineiras têm o direito constitucional de serem consultados sobre a privatização da Cemig, da Copasa e da Gasmig.

Esse mecanismo de participação popular foi criado devido à importância que essas empresas estatais têm para a população de Minas Gerais, contribuindo com a garantia do acesso a direitos básicos, com a redução das desigualdades sociais e regionais e com o desenvolvimento de nosso estado. É o caráter público dessas empresas que garante que milhares de famílias tenham acesso à água, energia e saneamento.

Infelizmente, o governador Romeu Zema (Novo) não pensa assim e quer tratorar o povo através de uma PEC que retira a necessidade de um plebiscito para as privatizações. A proposta ficou conhecida como “PEC do Cala Boca” ou “PEC do Medo do Povo” e já está em tramitação na ALMG.

Além da Cemig, Copasa e Gasmig, Zema também quer privatizar a Codemig e Codemge, que, apesar de não estarem protegidas pelo mesmo mecanismo, também são empresas estratégicas do estado.

Além de não fazer qualquer sentido estratégico privatizar nossas fontes de água e energia, a privatização não faz nenhum sentido econômico, pois a Cemig e a Copasa são empresas lucrativas que repassaram mais de R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos nos últimos 5 anos.

A gente conhece muito bem como funciona a lógica da empresa privada. Só pensam em reduzir os custos e aumentar os lucros para os acionistas. Se essa ação se concretizar, medidas como corte de subsídios aos mais pobres, piora nos serviços, possibilidade de corte de abastecimento em municípios menos lucrativos, aumento das contas de água e luz, demissão dos trabalhadores e aumento da terceirização, que também aumenta o número dos acidentes de trabalho.

O que nos leva a questão. Qual a intenção do governador com essa privatização? Zema argumenta que o objetivo da privatização é pagar parte da dívida de R\$ 160 bilhões do estado com a União, com a adesão no Regime de Recuperação Fiscal.

Contudo, com a pressão dos movimentos sociais, parlamentares se moveram por alternativas, através da ALMG, do Senado e até do próprio Governo Federal (que é o credor da dívida), propondo alternativas à privatização. Como a Federalização da Cemig, Copasa e Codemig. Mesmo sendo melhor que a entrega para o setor privado, a federalização precisa ser melhor debatida com o povo mineiro, para que se crie

mecanismos para que este não seja só mais um passo para a privatização dessas empresas no futuro.

É possível virar o jogo!

O Os plebiscitos populares são ferramentas de disputa de ideias na sociedade em torno da defesa e conquista de direitos. Eles expressam o ápice da participação popular organizada pelo povo, com o povo e para o povo.

Se o Governo Estadual se recusa a fazer o plebiscito, nós mesmos o faremos e mostraremos que os trabalhadores de Minas Gerais são contrários à privatização.

O Sind-REDE/BH aderiu a construção do plebiscito e ajudará na distribuição de materiais, constituição dos comitês populares nas escolas e na realização de seminários regionais nas comunidades sobre o tema.

O período de votação será entre os dias 19 de abril e 1º de maio de 2024.

VENHA FAZER PARTE DA CAMPANHA

Escaneie o Código QR:



Contato:

Flávia (31) 98814-1416

PALESTINA

NETANYAHU IGNORA PRESSÃO GLOBAL E INICIA OFENSIVA EM RAFAH DURANTE O RAMADÃ

Genocídio avança à passos largos. Caso líderes globais não se movam, banho de sangue será inevitável

Peritos das Nações Unidas condenaram no último dia 05/03 o "massacre" ocorrido na quinta-feira passada em Gaza e acusaram as forças israelitas de disparar contra uma multidão de palestinos que esperavam ajuda humanitária, causando pelo menos 112 mortos e mais de 700 feridos.

Na declaração, a ONU reconhece que Israel está aplicando "castigo coletivo" ao condenar o povo palestino em Gaza a morrer de fome, com limitações de ajuda humanitária. E condenou diretamente, o estado Sionista por ter alvejado diretamente civis que buscavam alimentos em caminhões em uma ação que ficou conhecida como "o massacre da farinha".

A declaração é importante, porém insuficiente, resposta ao ataque de Israel, que foi fortemente acobertado pela mídia brasileira, que caracterizou a chacina como mera confusão entre palestinos e soldados israelenses.

Mesmo após a condenação do "massacre da farinha" pela ONU, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, não parou sua ofensiva em Rafah, cidade mais meridional da Faixa de Gaza e que concentra 1,5 milhão de pessoas, muitas delas refugiadas de outras regiões do enclave palestino.

No dia 10 de março seria iniciado o Ramadã, mês em que realizam jejum da alvorada ao pôr-do-sol e orações. No entanto, este período de religiosidade foi encerrado com uma onda de ataques israelenses aos palestinos,

matando, até o momento, 65 pessoas, incluindo 16 crianças, e deixando mais de 300 feridos.

Além disso, a região de Jerusalém Oriental vem sendo palco de uma repressão de forças de Israel contra os palestinos há alguns dias. No começo da semana, a polícia lançou balas de borracha e granadas de choque contra a mesquita de Al-Aqsa. Os ataques de Netanyahu em meio ao Ramadã tem o objetivo de fragilizar ainda mais os palestinos.

É preciso aumentar a pressão por um cessar fogo e para que o mundo impeça essa incursão, para que um banho de sangue seja evitado. Neste sentido, o Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino, composto pelo Sind-REDE/BH entre outras organizações sindicais e sociais, desde 13 de janeiro, lançou o "Abaixo – Assinado pelo rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Estado Sionista de Israel" direcionado ao Governo Lula.

Contamos com a adesão dos trabalhadores em educação de BH e a divulgação entre familiares, amigos e colegas de trabalho. Pode acessá-lo em formato impresso ou virtual no link: bit.ly/solidariedadepalestina

Pedimos também que postem nas suas redes sociais marcando o instagram: @solidariedadepalestinamg

E se desejam militar por esta causa - o Comitê reúne-se todas as segundas-feiras, às 19h, na sede do Sind-REDE/BH.

Pelo cessar-fogo humanitário, já!! Palestina Livre, do Rio ao Mar!!!